



# **ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DA REGIÃO DO ALTO SANT'ANA, MATO GROSSO**

**Junior Miranda Scheuer<sup>1</sup>  
Sandra Mara Alves da Silva Neves<sup>2</sup>  
Ademir Patrik de Moura<sup>3</sup>  
Ronaldo José Neves<sup>4</sup>**

## **Resumo**

O Programa de Aquisição de Alimentos visa promover a inclusão social da agricultura familiar no fortalecimento das atividades agrícolas, comerciais e disponibilizar alimentos às pessoas em estado de insegurança alimentar e nutricional em quantidade, qualidade e regularidade. Objetivou-se neste artigo analisar os aspectos da socioeconomia dos agricultores familiares vinculados à Associação dos Pequenos Produtores da Região do Alto Sant'Ana em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso, beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos. A coleta dos dados quali-quantitativos procedeu-se por meio de entrevistas semiestruturadas, além de registros fotográficos e observações visuais em campo. As interpretações descritivas e de conteúdo permitiram compreender que a intervenção estatal influenciou nos aspectos culturais, de renda, comercialização,

---

*Recebimento: 19/12/2014 • Aceite: 19/5/2015*

<sup>1</sup> Mestre em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola pela Universidade do Estado de Mato Grosso, MT, Brasil. E-mail: juniorscheuer@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso, MT, Brasil. E-mail: ssneves@unemat.br

<sup>3</sup> Mestrando em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola pela Universidade do Estado de Mato Grosso, MT, Brasil. E-mail: hortafamiliamoura@hotmail.com

<sup>4</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso, MT, Brasil. E-mail: rjneves@unemat.br

diversificação da produção e aumento da área produtiva. Evidenciou-se a premência por promoção de assistência técnica, disponibilizar/subsidiar a aquisição de insumos agrícolas, mecanização e irrigação, instigar o mercado local a adquirir os alimentos da agricultura familiar, estimular a realização de “Feira dos Produtores”, promover eventos regionais relacionados com a disseminação tecnológica e de técnicas produtivas e desenvolver agroindústrias. O conjunto dessas ações pelo estado e município corroborariam para o desenvolvimento rural do município e, por conseguinte, para o desenvolvimento territorial.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Programa de Aquisição de Alimentos; Desenvolvimento rural; Segurança alimentar e nutricional

## **SOCIOECONOMIC ASPECTS OF FAMILIAR AGRICULTURE OF ASSOCIATION OF SMALL PRODUCERS OF ALTO SANT'ANA REGION, MATO GROSSO**

### **Abstract**

The Food Acquisition Program aims to promote the social inclusion of familiar agriculture in strengthening the agricultural, commercial and available food people in a state of food and nutrition insecurity in quantity, quality and regularity activities. This study aimed to analyze the socio-economic aspects of producer linked to the Association of Small Producers of Alto Sant'Ana Region in São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso, beneficiaries of Food Acquisition Program. The collection of qualitative and quantitative data proceeded through semi-structured interviews, and photographic records and visual observations in the field. Descriptive and content interpretations allowed us to understand that state intervention influenced the cultural aspects, income, marketing, product diversification and increased production area. Evidenced the urgency for promoting technical assistance, provide/subsidize the purchase of agricultural inputs, mechanization and irrigation, instigating the local market to buy food from family farmers, stimulate the making of "Fair Producers" promote

---

regional events related with technological and production techniques spread and develop agribusinesses. This set of actions by state and county corroborate for rural development, the municipality and therefore in territorial development.

**Keywords:** Familiar agriculture; Food Acquisition Program; Rural development; Food and nutrition security

## Introdução

A integração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural pode interferir nos aspectos socioeconômicos dos agricultores familiares. Relacionam-se fatores culturais, de renda, comercialização, diversificação da produção, aumento da área produtiva, etc., e estudá-las permite analisar a relação da dinâmica do ambiente com as políticas de intervenção estatal.

As políticas públicas no âmbito rural promovidas pelo governo federal foram observadas em São José dos Quatro Marcos, distante a 326 km da capital, Cuiabá, estado de Mato Grosso. Os agricultores familiares do município são contemplados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O PAA visa promover a inclusão social da agricultura familiar no fortalecimento de suas atividades, comercialização dos alimentos e disponibilização às pessoas em estado de insegurança alimentar e nutricional com quantidade, qualidade e regularidade. O programa, relatado por Becker; Sacco dos Anjos (2010), dinamiza a agricultura familiar.

Decorrente dos programas governamentais, a economia municipal é fortemente influenciada pela agropecuária, com produção leiteira destinada ao laticínio; o gado de corte ao frigorífico e os hortifrutigranjeiros às feiras dos produtores rurais e aos mercados da cidade. Predominam a força de trabalho e a organização da agricultura familiar.

Dessa forma, a agricultura familiar, caracterizada por Guilhoto et al. (2007) e Pereira (2010), exerce influência na geração de emprego e na produção de alimentos no meio rural, voltada para o autoconsumo e à comercialização, contribuindo assim para evitar o êxodo rural e fortalecer a renda das famílias.

Conforme os dados do Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), a população de São José dos Quatro Marcos é de 18.998 habitantes, dos quais 14.507 vivem na zona urbana e 4.491 na zona rural, com taxa de urbanização de 76,36%. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) considera as características de saúde, renda e educação específicas do município e, no ano de 2010, o IDHM situou-se em 0,719 (PNUD, 2013), compreendido na faixa de alto desenvolvimento humano.

O Produto Interno Bruto (PIB) de 2011 posicionou-se em R\$ 287 milhões, com uma renda *per capita* próxima de R\$ 15.170,00

(IBGE, 2010). O IBGE ainda estipula o valor do rendimento nominal mediano mensal *per capita* para a zona urbana e rural de R\$ 490,00 e R\$ 340,00, respectivamente. Quanto à incidência de pobreza, 33,97% da população em 2003 encontrava-se em estado de vulnerabilidade social e de insegurança alimentar (IBGE, 2010).

Diante da incidência da pobreza em São José dos Quatro Marcos, a baixa renda *per capita* e a necessidade de consolidação da agricultura familiar no PAA, objetivou-se neste artigo analisar os aspectos da socioeconomia dos agricultores familiares vinculados à Associação dos Pequenos Produtores da Região do Alto Sant'Ana em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso, beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos, com a perspectiva de contribuir para o desenvolvimento territorial rural.

## Referencial teórico

O município de São José dos Quatro Marcos tem origem nos projetos de colonização particular de 1962 (FERREIRA, 2004). Naquela época, Zeferino José de Matos comprou da Imobiliária Mirassol uma extensa área de terras e, pelos quatro marcos no centro do loteamento, a cidade ganhou o nome de Quatro Marcos. Mais tarde, em 1984, acrescentaram o nome São José, em homenagem ao santo de devoção da comunidade.

Predominam no município atividades agrícolas, pecuárias, industriais e comerciais. Quanto à agricultura, alguns agricultores se organizaram e criaram a Associação dos Pequenos Produtores da Região do Alto Sant'Ana (APRAS) com o intuito de acessar o PAA.

Por meio do Fome Zero, extinto programa federal que almejava garantir a segurança alimentar e combater a miséria da população em estado de vulnerabilidade social, foi criado o PAA pela Lei Federal nº 10.696, de 2 de julho de 2003 (BRASIL, 2003), e regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.775, de 4 de julho de 2012 (BRASIL, 2012).

Esta política pública que integra atualmente o Programa Brasil sem Miséria tem a finalidade de estimular a agricultura familiar, desde a inclusão econômica e social até o consumo e a valorização dos alimentos produzidos, além de disponibilizá-los em quantidade, qualidade e regularidade às pessoas à margem da segurança alimentar/nutricional, às escolas em todas as esferas governamentais e abastecer a rede socioassistencial e os equipamentos de alimentação e nutrição, ademais, formar estoques públicos de alimentos do governo, de cooperativas e organizações, fortalecer o mercado local, promover sistemas de produção que valorizam a biodiversidade, estimular

hábitos alimentares saudáveis e incentivar o cooperativismo e o associativismo (MENEZES; SANTARELLI, 2012).

A comercialização da produção agrícola pelos agricultores familiares poderá ocorrer se a procedência for própria, atendendo aos requisitos de controle de qualidade, bem como respeitar o limite máximo de entrega para cada Declaração de Aptidão ao PRONAF. A aquisição da produção pelo programa dispensa o procedimento licitatório, desde que as condições supracitadas sejam atendidas e que os preços de compra estejam compatíveis com o do mercado, em âmbito local ou regional.

O PAA é executado nas modalidades: Compra com Doação Simultânea; Compra Direta; Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite; Apoio à Formação de Estoques; Compra Institucional; e outras modalidades definidas pelo grupo gestor (BRASIL, 2010). A eficácia do programa é dada pela eficiência das ações governamentais de liberar os recursos específicos e apoiar/subsidiar os agricultores, dos grupos gestores em executar as ações condizentes e dos agricultores em produzir os alimentos na quantidade e qualidade acordada.

As contribuições do programa são tanto para os agricultores quanto para os beneficiários. Entretanto, Agapto *et al.* (2012) e Camargo *et al.* (2013) apontaram que a origem e o fim dos produtos agrícolas se deem na mesma região produtora. Na abordagem de Doretto; Michellon (2007), estes afirmaram que os produtores têm a necessidade de viabilizar a produção e a agroindustrialização dos produtos e as pessoas carentes, a premência por alimentos.

Delgado; Conceição; Oliveira (2005) frisaram que o programa estimulou a diversificação, a melhoria da qualidade da produção, da comercialização agrícola em mercados, feiras e nas doações realizadas ao PAA, propiciou uma alimentação familiar mais equilibrada e possibilitou o desenvolvimento dos pequenos produtores rurais. Dias *et al.* (2013) e Grisa (2010) ressaltaram a importância das feiras como um meio de inserção dos agricultores no mercado.

A agricultura familiar, a partir da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006a), engloba aquelas propriedades com área não superior a quatro módulos fiscais, com o emprego de mão de obra essencialmente familiar nas atividades produtivas, gerido pela própria família e parte da composição da renda dos agricultores deve ser oriunda do estabelecimento rural.

Na visão de Maluf (2004, p. 301), a agricultura familiar é “a forma mais conveniente de ocupação social do espaço agrário”, pois esta organização permeia a equidade, inclusão social, geração de mão

de obra, de renda, diversificação da produção (PINTO *et al.*, 2012) e, cultiva-se de forma mais sustentável.

A pequena produção rural representa 74,4% da mão de obra empregada no campo numa área 76% inferior que a agricultura patronal (FRANÇA; DEL GROSSI; MARQUES, 2009), sendo responsável pela produção de 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% dos suínos, 58% do leite, 50% das aves, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 30% dos bovinos, 21% do trigo e 16% da soja presente na mesa dos brasileiros (BRASIL, 2011) e corresponde a aproximadamente 10% do PIB nacional (GUILHOTO *et al.*, 2007).

Destarte a apresentação da importância da agricultura familiar, o Estado, no contexto apresentado por Calvacante; Ferreira (2013), necessita promover ações de acesso ao crédito rural, dispor de assistência técnica, mecanização, sementes, inseminação artificial, vias de comercialização, entre outros, por meio de políticas públicas específicas. Desta forma, os autores citaram que o desenvolvimento territorial rural parte da promoção da agricultura familiar, com as ferramentas supracitadas, com o fito de fortalecer o produtor rural (aumento de renda e agregação de valor à produção e a propriedade) e inseri-lo no mercado.

Interessante reflexão de Costa *et al.* (2010) sobre o desenvolvimento local, pois consideraram a geração de riqueza e crescimento econômico atrelado à promoção da qualidade de vida dessas pessoas. Assim, o desenvolvimento requer distribuição de riquezas/oportunidades, geração de renda, postos de trabalho, políticas públicas específicas, alimentos mais saudáveis e conservação ambiental, com respeito aos limites dos ecossistemas.

A adoção de pacotes tecnológicos da Revolução Verde (RAMBO; FILIPPI, 2009), tais como adubos sintéticos e agrotóxicos, colaboram com a insegurança alimentar e nutricional, além de impactar o meio ambiente. Milhões de pessoas encontram-se famintas e desnutridas, sem condições de ingestão mínima das calorias necessárias para a sobrevivência (CAPORAL; AZEVEDO, 2011).

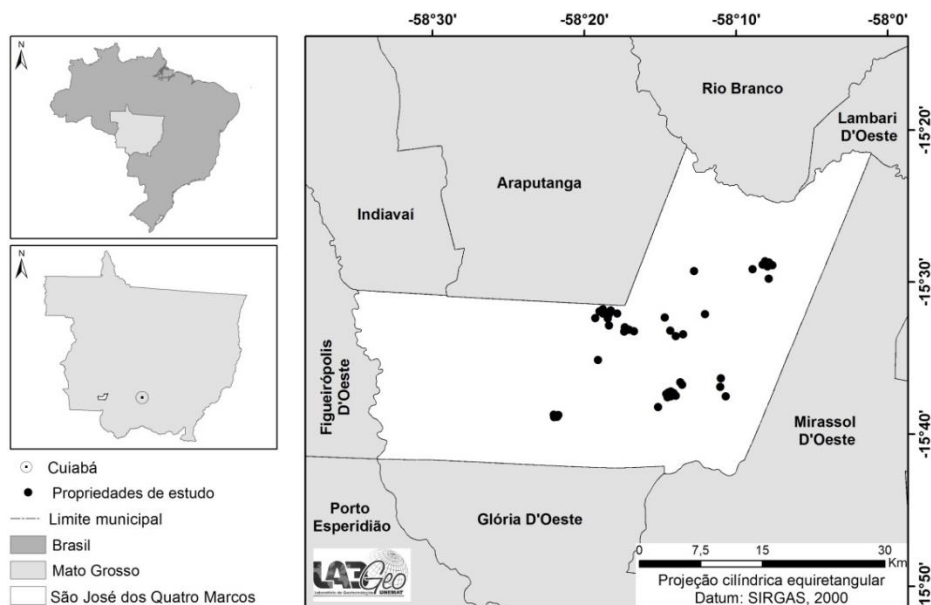
Diante da fragilidade das promessas modernizadoras, antigas e atuais, de desenvolvimento agrícola, a Lei Federal do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (nº 11.346, de 15 de setembro de 2006) estabeleceu no Art. 3º que a segurança alimentar e nutricional compreende-se por práticas alimentares promotoras de saúde, sendo um direito de todos, com acesso de forma regular e permanente, com qualidade, quantidade suficientes, sem comprometer outras necessidades e em um sistema de produção que priorize a sustentabilidade (BRASIL, 2006b).

Desta forma, a agricultura familiar representa uma via dupla: é ela que garante grande parte da segurança alimentar de milhares de pessoas, ratificado por França; Del Grossi; Marques (2009) e o seu estímulo promove o desenvolvimento rural, conseqüentemente, o desenvolvimento territorial.

## Metodologia

A investigação foi realizada com os produtores rurais familiares vinculados à APRAS, beneficiários do PAA no município de São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso. A APRAS é composta por 309 associados, divididos em três tipos distintos de projetos de produção/comercialização dos alimentos ao PAA. Foi pesquisado o projeto composto por 123 agricultores, que contempla a produção e consumo de abrangência no próprio município. Assim, adotou-se o método não probabilístico, entrevistando 46 agricultores, cujas propriedades encontram-se localizadas em São José dos Quatro Marcos (Figura 1).

**Figura 1:** Localização da área e das propriedades de estudo



A pesquisa a campo ocorreu no segundo semestre de 2013, com referência ao ano/safra de 2012/2013. A modalidade do PAA adotada



pelo projeto investigado é a Compra com Doação Simultânea, ou seja, os alimentos produzidos pelos agricultores destinam-se diretamente às entidades beneficiárias.

Na obtenção dos dados primários revisaram-se os trabalhos de Agapto *et al.* (2012), Becker; Sacco dos Anjos (2010), Camargo *et al.* (2013) e Chmielewska; Souza; Lourete (2010), no ensejo de construir uma metodologia de pesquisa adequada às experiências anteriores. Dessa forma, a coleta do material empírico de análise qualitativa e quantitativa empregada partiu de entrevistas semiestruturadas, utilizando-se o formulário constituído por perguntas abertas, com o propósito de levantamento de dados sobre a participação dos agricultores no PAA. Além da entrevista, registraram-se dados paralelos por meio de câmera fotográfica e observações visuais, auxiliando na composição dos questionamentos acerca dos produtores.

Para a interpretação quantitativa, utilizou-se a ferramenta da estatística descritiva, em frequência absoluta (número total de citações) e relativa (porcentagem dessas citações), com base no método de Análise Exploratória de Dados (COUTINHO; MIGUEL, 2008), que corroborou para a análise das informações. A fim de entender o material qualitativo, conforme Caregnato; Mutti (2006), foi empregada a análise de conteúdo com o intuito de compreensão, descrição e análise, construindo o conhecimento acerca do objeto de estudo.

Objetivou-se na entrevista identificar as seguintes questões:

- a) Socioeconômicas: escolaridade e renda.
- b) Percepção dos agricultores familiares sobre o PAA: conhecimento particular sobre o PAA; valor recebido no ano/safra 2012/2013; comercialização dos alimentos a outros compradores, além do PAA; quanto ao valor pago pelo PAA nos alimentos, há diferença dos preços praticados no mercado; a renda familiar após a participação no PAA manteve ou aumentou; avaliação sobre o PAA: satisfeito, insatisfeito, pouco satisfeito; com a renda auferida do PAA possibilitou à família realizar alguma aquisição; expansão da área de produção posterior à participação no PAA; diversificação do sistema produtivo após a participação do PAA; e principais fatores que podem melhorar no programa.

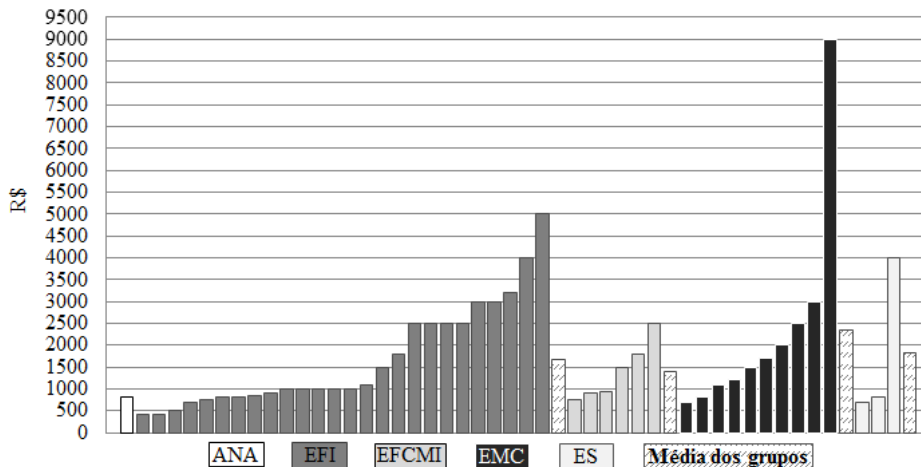
## Resultados e discussão

Para o período pesquisado, 42 agricultores familiares receberam o valor máximo de entrega, R\$ 4.500,00 e quatro auferiram uma importância menor. Dentre os agricultores, um é analfabeto

(ANA), vinte e seis possuem ensino fundamental incompleto (EFI), seis estão entre o ensino fundamental completo ao ensino médio incompleto (EFCMI), dez estudaram até o ensino médio completo (EMC) e apenas três ascenderam ao ensino superior (ES) (Figura 2).

A receita média do agricultor não alfabetizado foi de R\$ 800,00; as rendas do grupo EFI variaram de R\$ 400,00 a R\$ 5.000,00, com média final de R\$ 1.648,15; o grupo EFCMI variou de R\$ 750,00 a R\$ 2.500,00, representando uma média de R\$ 1.400,00; as rendas do grupo EMC variaram de R\$ 700,00 a R\$ 9.000,00, com média de R\$ 2.350,00; o último grupo, o ES, mais escolarizado, recebeu valores entre R\$ 700,00 a R\$ 4.000,00, perfazendo média de R\$ 1.833,33.

**Figura 2:** Distribuição dos entrevistados conforme a escolaridade e renda, 2013



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Este indicador revela que não há uma afinidade clara e definida sobre a influência da escolaridade na renda, pois o grupo menos escolarizado, EFI, apresentou a terceira maior média, enquanto o grupo EFCMI sustentou o menor valor. A renda do entrevistado não alfabetado, ANA, foi superior à renda mínima daqueles pertencentes aos grupos EFI, EFCMI, EMC, ES. Na mesma perspectiva, verificou-se que os agricultores familiares situados no grupo EMC compõem uma renda média superior ao grupo ES. Entende-se, então, que o que diferencia os agricultores em suas respectivas condições

socioeconômicas é a capacidade de empreender e tornar a propriedade lucrativa na adoção de estratégias agrícolas.

Quando comparado com a pesquisa de Hespanhol (2013), que investigou a agricultura familiar beneficiária do PAA Compra com Doação Simultânea no município de Dracena/SP, o nível de formação escolar e de renda entre aqueles e estes agricultores difere. A autora informou que, na maior parte dos casos, os entrevistados concluíram o ensino fundamental, situação contrária a levantada neste estudo. Em relação à renda, Hespanhol observou uma média superior à encontrada com os agricultores familiares de São José dos Quatro Marcos.

Quando questionados sobre o conhecimento particular do Programa de Aquisição de Alimentos, representado na Tabela 1, apenas dois agricultores familiares não tinham uma opinião clara e formada do PAA, entretanto disseram que as ações do programa são boas. Os demais entrevistados apontaram distintas considerações, umas mais específicas da essência do PAA e outras sobre as vantagens da inserção na agricultura.

**Tabela 1:** Distribuição das afirmativas dos entrevistados conforme conhecimento particular sobre o PAA, 2013

Afirmativa dos agricultores familiares	FA	FR (%)
O programa é bom porque ajuda o agricultor e as pessoas carentes da cidade.	19	41,30
Garantia de comercialização da produção agrícola e consumo pelas famílias carentes da cidade.	5	10,87
Bom, o programa ajuda os produtores e não pode acabar.	4	8,70
É um programa do governo federal que combate a fome através do incentivo da comercialização dos produtos da agricultura familiar e doação às famílias em risco de segurança alimentar.	2	4,35
Ajuda do governo às pessoas necessitadas nos dois lados (rural e urbano).	2	4,35
Disponibilização de alimentos aos mais carentes e às escolas da cidade.	2	4,35
É bom, mas não tem uma opinião formada.	2	4,35
Valoriza os produtores esquecidos no meio rural, adquirindo conhecimento para diversificar a produção e destinar os alimentos às escolas.	1	2,17
Incentiva o produtor nas suas atividades e diversifica a propriedade.	1	2,17
Fixa os agricultores na terra e alimenta os carentes na cidade, além de enriquecer a alimentação.	1	2,17
Evita o êxodo rural.	1	2,17
Valorização da agricultura, distribuição de alimentos aos carentes e melhora a qualidade de vida.	1	2,17
Acesso às famílias carentes que precisam de alimentos e é o melhor programa que o governo realizou.	1	2,17
O agricultor recebe um preço melhor pelos produtos e o consumidor tem à disposição o alimento.	1	2,17
Favorece o povo.	1	2,17
Muito bom para a vida.	1	2,17
Beneficia os pobres da cidade e ajuda os agricultores com uma renda extra, mas não como uma atividade principal.	1	2,17
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Destaca-se entre as afirmativas dos agricultores familiares o apontamento de que “o programa é bom porque ajuda os agricultores e as pessoas carentes na cidade”, observado na pesquisa de Mattei (2007), acrescentando na discussão a “garantia de mercado para a produção agrícola e consumo pelas famílias carentes da cidade”, com a evidência de que os agricultores familiares se sentem beneficiados com o programa e colaboram na melhoria da alimentação de outras pessoas em situação de pobreza.

Ao observar a narrativa “renda extra, mas não como uma atividade principal”, percebe-se a ciência do entrevistado de que o PAA não visa sustentar a agricultura como um objeto de causa social, mas sim, fortalecer a família no meio rural e dispor de uma ferramenta de inserção no mercado, fato similar encontrado nos estudos de Hespanhol (2013). Chmielewska; Souza; Lourete (2010), no estado de Sergipe, observaram que os agricultores familiares sinalizam como aspecto positivo no programa a garantia de comercialização dos alimentos.

Destarte, foi destacado que o programa valoriza/estimula os pequenos produtores rurais na produção agrícola, até então carentes de políticas públicas que os beneficiassem; diversifica a produção, fixa os agricultores na terra e evita o êxodo rural, ressignificando a agricultura, situação semelhante verificada por Chmielewska; Souza; Lourete (2010), Dias *et al.* (2013), no Território da Cidadania Sertão do Apodi/RN, Hespanhol (2013) e Triches; Schneider (2010), no município de Dois Irmãos/RS. Agapto *et al.* (2012), em Campina do Monte Alegre/SP, identificaram nas afirmativas dos agricultores que estes atribuem a permanência no campo e a minimização do êxodo rural aos benefícios advindos do PAA. Grisa (2010) acentuou que o programa contribuiu para o resgate de algumas práticas agrícolas no sentido da revalorização dos conhecimentos da agricultura familiar.

Outras ponderações dos entrevistados foram de que o PAA é um programa do governo federal de combate à fome através do incentivo da comercialização dos produtos da agricultura familiar e doação às famílias em risco de segurança alimentar; uma iniciativa do governo em ajudar as pessoas no meio rural na compra dos alimentos e doação àquelas do meio urbano; e o PAA foi o melhor programa que o governo realizou, favorecendo o povo, sendo muito bom para a vida e que não pode acabar. Neste viés, constatou-se a insegurança dos agricultores, ou seja, o temor de findar o PAA e sucumbir o progresso conquistado.

A comercialização dos alimentos junto às entidades socioassistenciais, abordado por alguns agricultores familiares na

Tabela 1, é direcionada ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e à Secretaria Municipal de Assistência Social com destino às instituições de amparo à criança e aos beneficiários do Bolsa Família, respectivamente. O grupo da APRAS investigado colabora proativamente com a segurança alimentar e nutricional dessas pessoas no município de São José dos Quatro Marcos e em outros.

Ao examinar as colocações dos pequenos agricultores rurais sobre a comercialização dos alimentos, 69,57% afirmaram que estabeleceram relações comerciais além do programa e, 30,43% confirmaram que somente comercializaram a produção ao PAA. Este dado remete à compreensão de dependência dos beneficiários ao PAA, entretanto é importante identificar os aspectos limitantes desses agricultores, ou seja, conforme Chmielewska; Souza; Lourete (2010), o programa visa à independência, mas para isso é necessário estruturação e organização da produção e comercialização agrícola, assim como a ampliação dos consumidores, questão observada por alguns agricultores na pesquisa de Hespanhol (2013), não tendo o PAA como um único canal de comercialização dos alimentos.

Diante do levantamento, 67,39% dos agricultores familiares aumentaram a área produtiva na propriedade sem desmatar, geralmente ocupando glebas onde havia pastagem. Ainda, 76,09% diversificaram o sistema produtivo agregando a hortifruticultura como uma das principais fontes de renda. Agapto *et al.* (2012), Becker; Sacco dos Anjos (2010), nos municípios gaúchos de Pelotas, Canguçu e São Lourenço do Sul, e Camargo *et al.* (2013), em Itapetininga/SP, também identificaram em suas pesquisas os relatos dos agricultores em relação à diversificação da produção e ao aumento do tamanho da área de produção.

A renda familiar dos agricultores após a participação no PAA aumentou em 76,09% dos entrevistados, fato também observado por Camargo *et al.* (2013) que verificou o incremento da renda no campo pesquisado, enquanto para 23,91% a renda manteve-se igual à que tinham anteriormente. Nesse sentido, 89,13% dos agricultores comentaram que conseguiram realizar algum projeto familiar a partir da participação no PAA, desde adquirir um carro, reformar e/ou ampliar a casa, até a simples compra de eletrodomésticos.

Em relação ao valor pago pelo PAA na aquisição dos alimentos dos agricultores familiares, 58,70% confirmaram que o programa paga mais, 21,74% compararam os preços do programa de forma similar ao mercado local, e 19,56% afirmaram que o PAA paga menos. Camargo *et al.* (2013) citaram que os agricultores estão satisfeitos com o valor

dos alimentos, da mesma forma que Chmielewska; Souza; Lourete (2010) discorreram sobre o tema.

Na avaliação da satisfação com o PAA, 97,83% declararam que estão satisfeitos com o programa do governo e apenas um (1) disse estar pouco satisfeito. Agapto *et al.* (2012), Camargo *et al.* (2013) e Hespanhol (2013) igualmente perceberam elevada satisfação dos amparados pelo PAA.

As indagações realizadas aos beneficiários do PAA sobre as reivindicações acerca do programa apresentam uma oportunidade de reflexão e de possíveis melhorias estruturais. Na Tabela 2 são apresentadas todas as manifestações que os agricultores apontaram como elementos potenciais no desenvolvimento do PAA na região.

Entre as reivindicações, sobressaíram-se que o programa deveria pagar mais pelos produtos, a renovação do contrato de forma anual e/ou de ciclo contínuo, e aumentar o teto máximo de entrega. Na contramão, ao mesmo tempo em que citam o valor pago pelo PAA ser superior ao praticado pelo mercado (Tabela 1), os agricultores defendem o aumento na remuneração dada à venda dos alimentos.

Renovação do contrato e o teto de entrega são discorridos por Agapto *et al.* (2012) em suas análises. Becker; Sacco dos Anjos (2010), Camargo *et al.* (2013) e Hespanhol (2013) observaram o apontamento dos agricultores em relação ao valor máximo de entrega, considerando-o como baixo e até mesmo limitante para o acesso de novos beneficiários. Carneiro *et al.* (2010), no município de Tunas/PR, trataram a descontinuidade dos projetos ou a renovação do contrato como um fator crucial aos agricultores. A combinação dos fatores abordados indicam condicionantes endógenas de desenvolvimento do PAA, passíveis de desburocratização.

**Tabela 2:** Distribuição das reivindicações dos entrevistados conforme os principais fatores que podem melhorar no PAA, 2013

Reivindicações	FA	FR (%)
O programa deveria pagar mais pelos produtos.	19	24,36
Renovação do contrato anual e/ou de ciclo contínuo.	13	16,67
Aumentar o teto máximo de entrega de alimentos por safra.	12	15,38
Aumentar o prazo de execução do projeto.	8	10,26
Transporte dos alimentos mais adequado.	5	6,41
Disponibilizar assistência técnica para o sistema produtivo.	4	5,13
Maior agilidade na renovação dos projetos.	4	5,13
Estabelecer uma data apropriada de pagamento e sem atrasos.	3	3,85
Disponibilização de mecanização.	1	1,28
Maiores informações sobre o funcionamento do programa.	1	1,28
Recolhimento dos alimentos deveria ser nas casas.	1	1,28
Definir horário de coleta dos alimentos mais adequados.	1	1,28
Auxílio na compra de sementes e adubo.	1	1,28
Rever a cobrança dos 12%.	1	1,28
Fiscalização contínua.	1	1,28
Pagamento da alface não pode ser por Kg.	1	1,28
O PAA deveria virar lei.	1	1,28
O programa está bom assim.	1	1,28
<b>Total</b>	<b>78*</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

\* O total encontrado foi superior ao total de agricultores investigados tendo em vista mais de uma resposta apontada pelos entrevistados.

Somam-se as condicionantes endógenas à discussão dos agricultores familiares sobre a necessidade da renovação dos projetos mais ágil, bem como estabelecer uma data adequada de pagamento e sem atrasos, examinado por Agapto *et al.* (2012) e Chmielewska; Souza; Lourete (2010), dispor de fiscalização e o pagamento da alface não poderia ser por quilo.

Muitas das reivindicações expostas são de alçada da associação, ou seja, cabe à organização da APRAS definir meios e estratégias que contemplem as inquietudes dos agricultores familiares. Dentre elas, destacam-se o aumento do prazo de execução do projeto, transporte dos alimentos mais adequado, informações mais claras do programa, recolhimento dos alimentos na casa dos produtores e definição do horário de coleta mais adequado.

Outra questão pertinente à APRAS é a cobrança dos 12% sobre o valor de entrega dos alimentos, sendo que, para associações, incide a tributação federal de 5,85% (Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, imposto de renda, etc.) enquanto as cooperativas estão dispensadas desses encargos.

Nas questões de assistência técnica, mecanização e auxílio na compra de sementes e adubo, percebeu-se fragilidade das esferas federal, estadual e municipal em contemplar os pequenos produtores rurais. Mesmo com o lançamento do governo federal da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), constatou-se a deficiência de orientações técnicas aos agricultores, em especial aos participantes da APRAS, contudo, o estado e o município poderiam suprir essa demanda por meio de políticas mediativas.

Situação distinta da encontrada, Becker; Sacco dos Anjos (2010) verificaram na área de estudo que 93,3% dos agricultores receberam algum tipo de assistência técnica no sistema produtivo, destacando-a como limitante para o desenvolvimento territorial em sua ausência.

No limiar discutido, Chmielewska; Souza; Lourete (2010) afirmaram que o próprio PAA, a partir dos seus gestores, deveria interagir com os órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com o fito de possibilitar suporte aos agricultores, otimizando a produção e permeando o acesso a outros mercados.

Na sequência, observou-se a tendência dos agricultores familiares na reivindicação por melhores condições de renda (curto prazo) com enfoque superior às questões de assistência técnica, crédito, mecanização, escoamento da produção, entre outros fatores relacionados a médio/longo prazo.

Outras narrativas afirmam que a execução do programa está bem dessa forma e o PAA não pode ser tratado apenas como um programa, mas sim como uma lei, mesmo o PAA estando regulamentado pela Lei Federal nº 10.696, revelando o desconhecimento do entrevistado sobre a questão.

A atuação municipal é de suma importância para o desenvolvimento rural, tanto no apoio à execução do PAA quanto na adoção de práticas específicas que estimulam a agricultura, principalmente a familiar. Garnica; Santos (2006) citaram, na pesquisa realizada sobre as políticas governamentais pró agricultura familiar no município de Araraquara/SP, que a manutenção de feiras rurais atuou em dois problemas específicos da região: acesso a mercados e escoamento da produção.

Neste sentido, a proatividade do estado e do município colaboraria expressivamente para o desenvolvimento rural nos seguintes aspectos: intermediar e/ou estimular organizações prestadoras de assistência técnica junto ao PNATER, com o desígnio de agraciar os agricultores com orientações; disponibilizar/subsidiar a aquisição de insumos agrícolas, mecanização e irrigação; instigar o



mercado local a adquirir os alimentos da agricultura familiar; estimular a realização de “Feira dos Produtores”; promover eventos regionais relacionados com a disseminação tecnológica e de técnicas produtivas; e desenvolver agroindústrias (economia horizontal).

O conjunto dessas ações permearia o desenvolvimento territorial rural e, por conseguinte, o desenvolvimento do município motivado pelo incremento de postos de trabalho, recirculação financeira e tributação. Entrementes, resultaria na agregação substancial no PIB municipal, no IDHM, na renda média dos habitantes e atuaria na redução dos índices de pobreza e de insegurança alimentar.

## Conclusão

Na investigação dos beneficiários do PAA, verificou-se que a escolaridade não se relaciona diretamente com a renda, mas constatou-se que o empreendedorismo está presente na administração rural, mesmo que de forma empírica.

Os agricultores integrantes da APRAS detêm conhecimento sobre o PAA, uns mais esclarecidos da composição macro, outros mais específicos às condicionantes locais. Entretanto, alguns, por desconhecer que o PAA é regulamentado por uma lei, creem que há possibilidades de este acabar, podendo, dessa forma, ser subjugados por forças eleitoreiras.

Outro receio diz respeito à dependência de pouco mais de 30% dos produtores em comercializar sua produção exclusivamente ao PAA. Neste certame, destaca-se o quão importante é a profissionalização do agricultor nos aspectos de organização, produção e comercialização, mas dependentes de políticas agrárias voltadas à agricultura familiar.

Em suma, o PAA fomentou a diversificação do sistema produtivo e o aumento da área de produção sobre os espaços anteriormente ocupados por outro sistema produtivo, em especial a pecuária. Desse modo, a renda das famílias aumentou, e mais de 97% dos entrevistados estão satisfeitos com o programa.

Conforme constatado, muitos agricultores familiares possuem a essência de empreender, logo, somada a assistência técnica aos conhecimentos dos agricultores familiares nesse meio, as oportunidades e capacidades serão revigoradas, ascendendo ao desenvolvimento rural e territorial. É nesse viés que os órgãos públicos deveriam se empenhar, pois o fruto até aqui com o PAA

resultou na revalorização da autoestima do agricultor, na minimização do êxodo rural e na segurança alimentar e nutricional local.

## Agradecimentos

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de mestrado.

## Referências

AGAPTO, João Paulo; BORSATTO, Ricardo Serra; ESQUERDO, Vanilde Ferreira de Souza; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. **Informações Econômicas**, v. 42, n. 2, p. 13-21, mar./abr., 2012.

BECKER, Cláudio; SACCO DOS ANJOS, Flávio. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do Sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, n. 1, p. 61-72, 2010.

BRASIL. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006**. Brasília, 2011. 9 p.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Programa de aquisição de alimentos (PAA): renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!** Brasília: MDS, 2010. 23 p.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2006a.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2006b.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003.

CAMARGO, Elina Aparecida de O. M.; GOMES, Rafaela Raggio Silva; MEIRA, Bruna Carolina de; BORSATTO, Ricardo Serra. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como instrumento de fortalecimento de assentamentos rurais: o caso do assentamento 23 de Maio, Itapetininga, Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, v. 43, n. 1, p. 18-28, jan./fev., 2013.

CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira de. **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. Paraná: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação a Distância, 2011. 192 p.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 679-84, out./dez., 2006.

CARNEIRO, Leandro Marcondes; SILVA, Olga Maria Panhoca da; PANHOCA, Luiz; DOZSA, Denys. Avaliação de impacto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de tunas do Paraná: o caso da Aprotunas. **Revista Cooperativismo & Desarrollo**, v. 18, n. 97, p. 50-62, jul./dez., 2010.

CAVALCANTE, Joyce Tamara; FERREIRA, Gisele Elaine da S. A utilização de tecnologias para o desenvolvimento da agricultura familiar. **Revista Varia Scientia Agrárias**, v. 3, n. 1, p. 161-9, jan./jul., 2013.

CHMIELEWSKA, Danuta; SOUZA, Darana; LOURETE, Acácio Alvarenga. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado**: estudo de caso no estado de Sergipe. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): texto para discussão 1510, 2010. 42 p.

COSTA, Luiz Fernandes da; ÍTAVO, Luís Carlos Vinhas; SOARES, Cláudia Muniz; CEREDA, Marney Pascoli; MACIEL, Josemar de Campos; ÍTAVO, Camila Celeste Brandão Ferreira. Democracia e desenvolvimento local em assentamentos rurais. **Interações**, v. 11, n. 2, p. 161-9, jul./dez., 2010.

COUTINHO, Cileda de Q. e S.; MIGUEL, Maria I. R. Estatística e análise exploratória de dados: conceitos de base para o ensino e a

aprendizagem da mediana e quartis. In: ZUIN, Elenice de Souza Lodron (ed.). *Matemática e Ciência–conhecimento, construção e criatividade*. **Revista Matemática e Ciência**, ano 1, n. 2, p. 22, 2008.

DIAS, Thiago Ferreira; NUNES, Emanuel Márcio; TORRES, Fátima de Lima; TORRES, Antônio Caubi Marcolino. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 3, p. 100-29, set./dez., 2013.

DELGADO, Guilherme C.; CONCEIÇÃO, Júnia C. P.R; OLIVEIRA, Jader J. de. **Avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA)**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2005. 29 p.

DORETTO, Moacyr; MICHELLON, Ednaldo. A avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná. **Sociedade e desenvolvimento rural**, v. 1, n. 1, p. 107-38, 2007.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Anuário Estatístico de Mato Grosso 2005, Associação Mato-Grossense dos Municípios (AMM)**. Cuiabá: Buriti, 2004. 35 p.

FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. 96 p.

GARNICA, Leonardo A.; SANTOS, Fábio L. Políticas públicas descentralizadas para o desenvolvimento regional da agricultura familiar: um estudo de caso. **Informações Econômicas**, v. 16, n. 10, p. 88-95, out., 2006.

GRISA, Catia. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 6, n. 2, p. 97-129, mai./ago., 2010.

GUILHOTO, Joaquim J. M.; AZZONI Carlos R.; SILVEIRA, Fernando Gaiger; ICHIHARA, Silvio M.; DINIZ, Bernardo P. Campolina; MOREIRA, Guilherme R. C.. **PIB da Agricultura familiar: Brasil-Estados**. Brasília: MDA, 2007. 174 p.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de

segurança alimentar para a agricultura familiar. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 3, 469-83, set./dez., 2013.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Cidades: São José dos Quatro Marcos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=510710&search=mato-grosso|sao-jose-dos-quatro-marcos>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

MALUF, Renato Sérgio. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr., 2004.

MATTEI, Lauro. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa. **Cadernos do CEAM (UnB)**, v. 7, p. 33-44, 2007.

MENEZES, Francisco; SANTARELLI, Mariana. **Da Estratégia Fome Zero ao Plano Brasil Sem Miséria: elementos da seguridade social no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), 2012. 72 p.

PEREIRA, Márcio Fernandes. Política agrícola brasileira e a pequena produção familiar: heranças históricas e seus efeitos no presente. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 6, n. 3, p. 287-311, set./dez., 2010.

PINTO, Leonardo de Barros; LOURENZANI, Ana Elisa Bressan Smith; LOURENZANI, Wagner Luiz; MOCHIUTI, Julianna Coracini. Aspectos históricos e organizacionais da agricultura familiar no desenvolvimento da região Nova Alta Paulista. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 2, p. 130-50, maio/ago., 2012.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Atlas Brasil 2013**. Perfil municipal: São José dos Quatro Marcos. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/sao-jose-dos-quatro-marcos\\_mt](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/sao-jose-dos-quatro-marcos_mt)>. Acesso em: 18 abr. 2014.

RAMBO, Anelise Graciele; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Das concepções clássicas à abordagem territorial: para (re) pensar processos de desenvolvimento na agricultura familiar. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 5, n. 1, p. 121-48, jan./abr., 2009.

TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sérgio. Reconstruindo o "elo perdido": a reconexão da produção e do consumo de alimentos através

do Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS). **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, n. 1, p. 1-15, 2010.